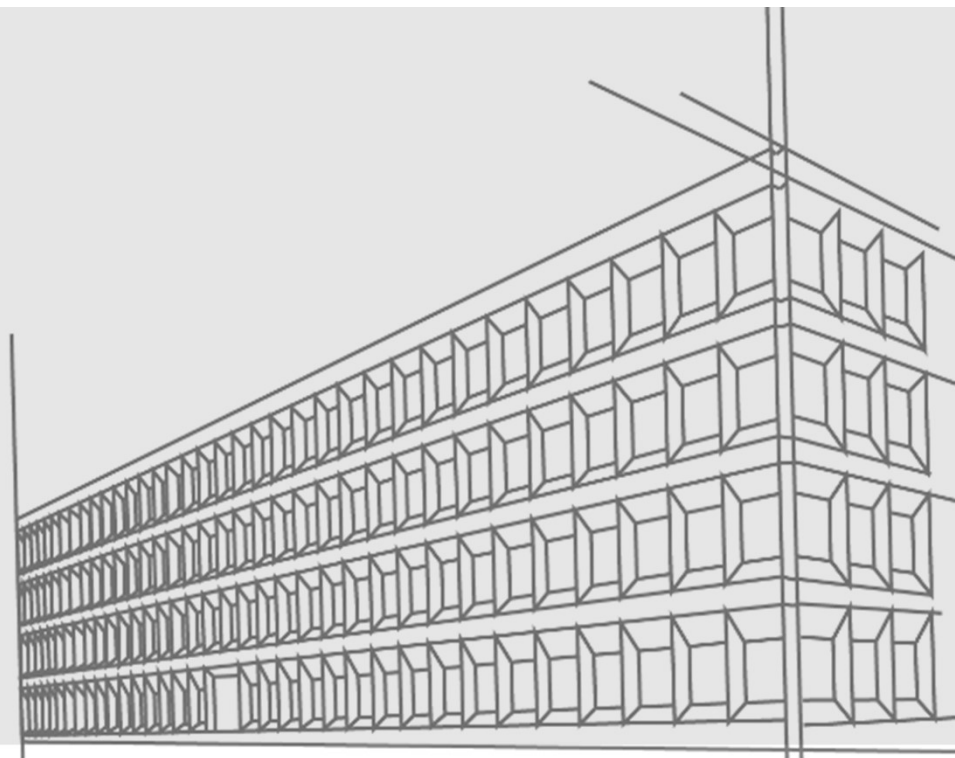


Auditoria Coordenada no Programa Nacional de Imunizações – PNI 2024

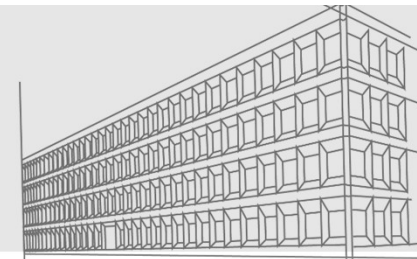


Resultados

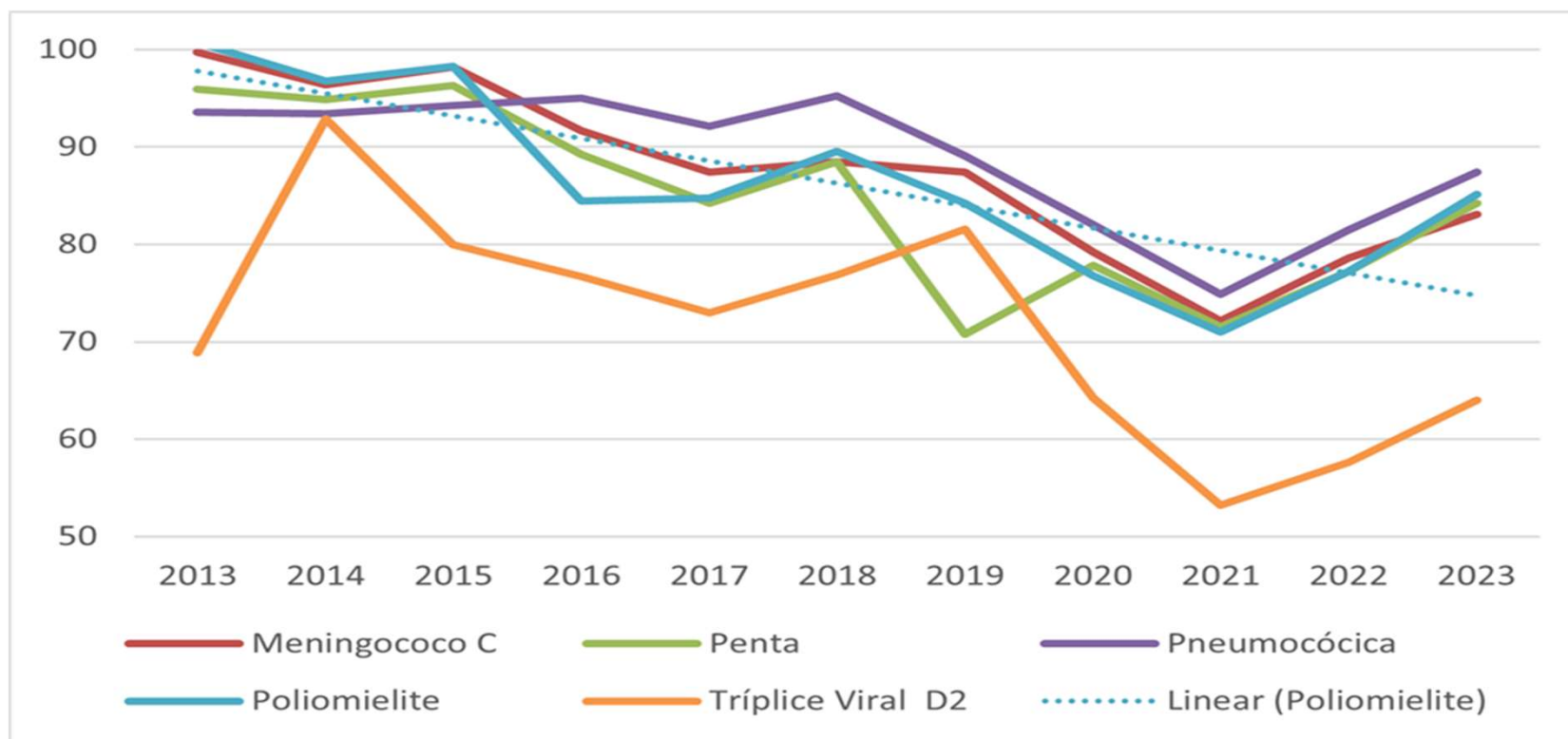
Auditor Dagomar Henriques Lima
dagomarhl@tcu.gov.br

AudSaúde/D1, 29 de abril de 2025

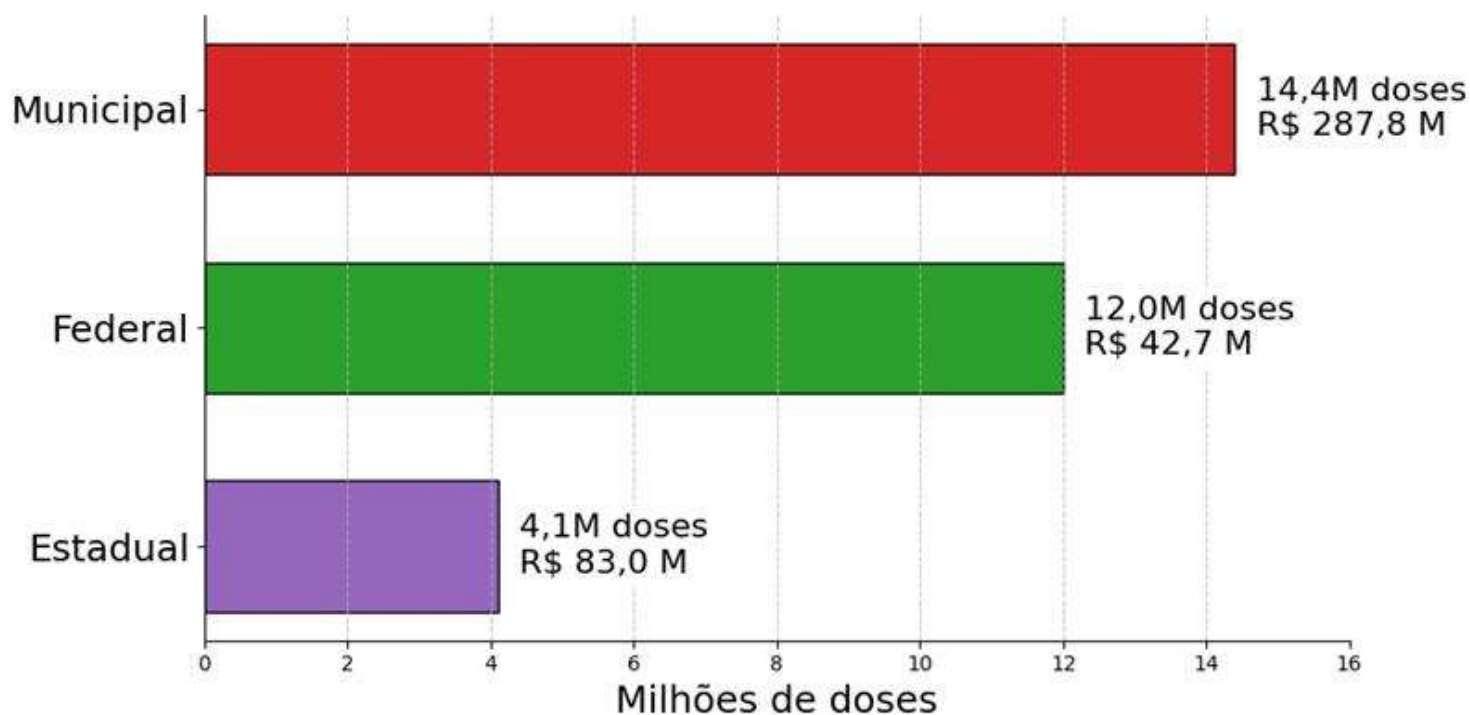
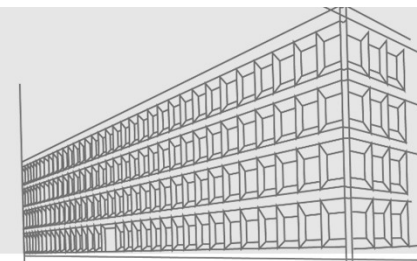
Motivação da auditoria



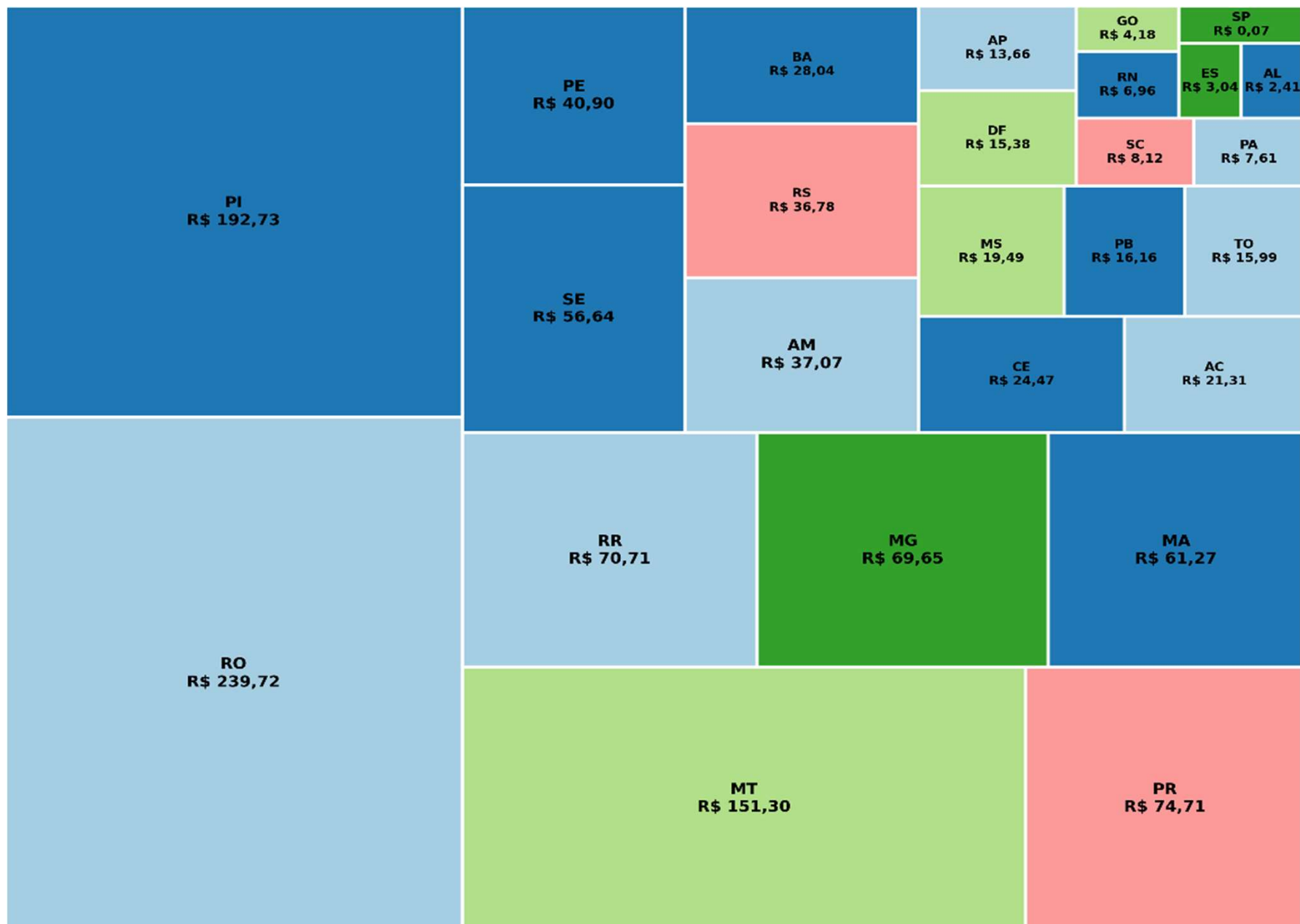
CV no Brasil para cinco imunizantes, de 2013 a 2023, e linha de tendência linear para a CV de poliomielite



Perdas de vacinas do CNV para crianças de até dois anos de idade



Perdas por
vencimento de
prazo de validade,
por mil nascidos
vivos, no nível de
gestão estadual,
em 2023, em
milhares de reais

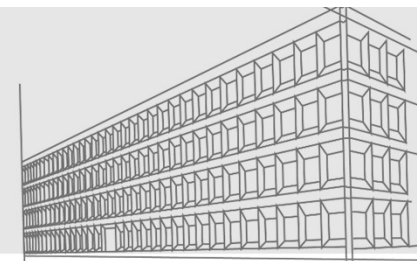


Causas das perdas por vencimento

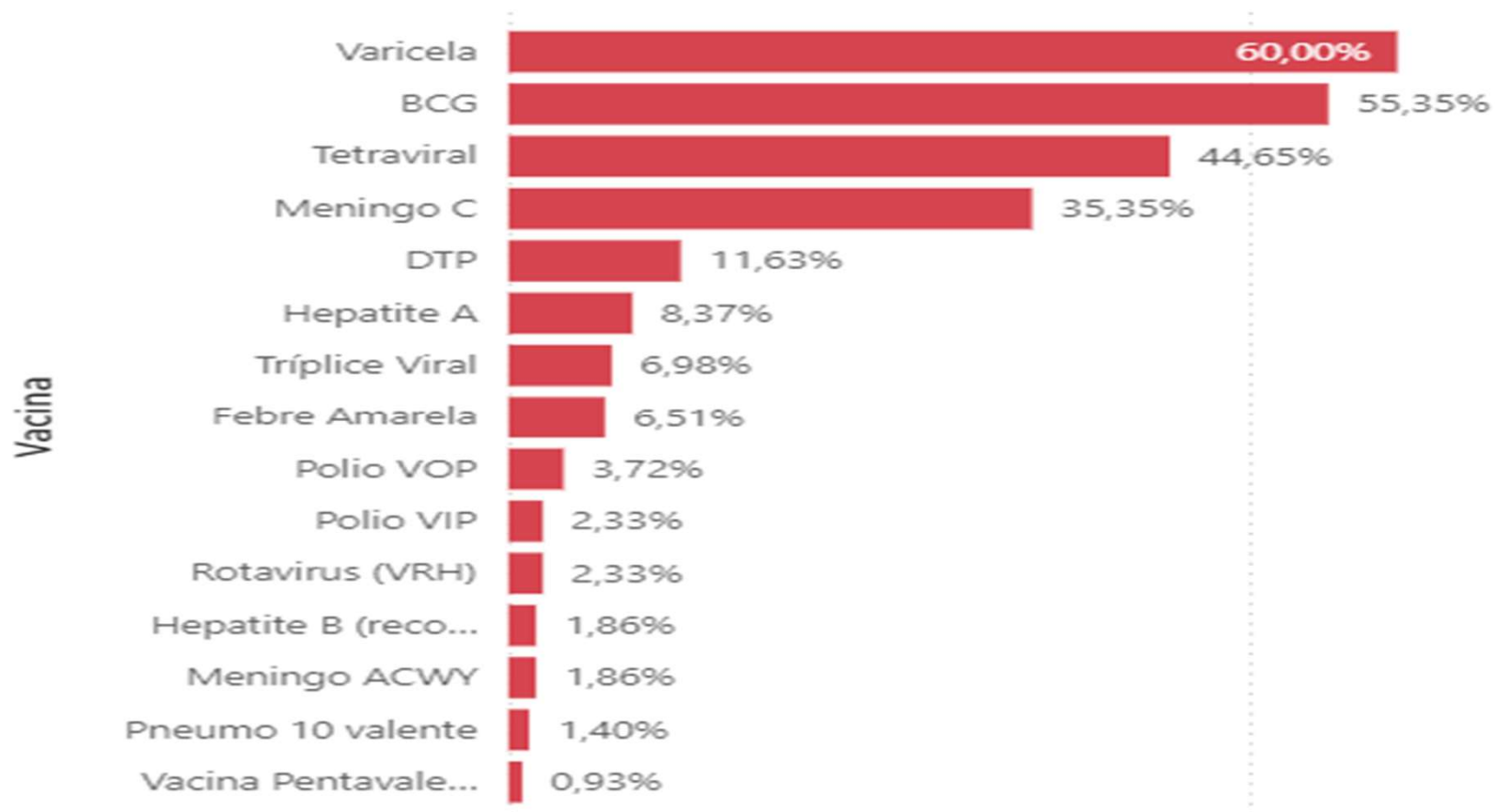


- ✓ Dimensionamento do quantitativo a ser adquirido
- ✓ Aquisição
- ✓ Distribuição
- ✓ Aquisição em quantidade superior à demanda real (redução da procura por vacinação); problemas de qualidade em lotes de vacinas, atrasando sua distribuição; e o recebimento de doses com prazo de validade curto
- ✓ **38,3%** das doses de oito vacinas do CNV da criança, distribuídas aos estados em 2023 (13,9 de 36,3 milhões), com prazo de validade igual ou inferior a 90 dias

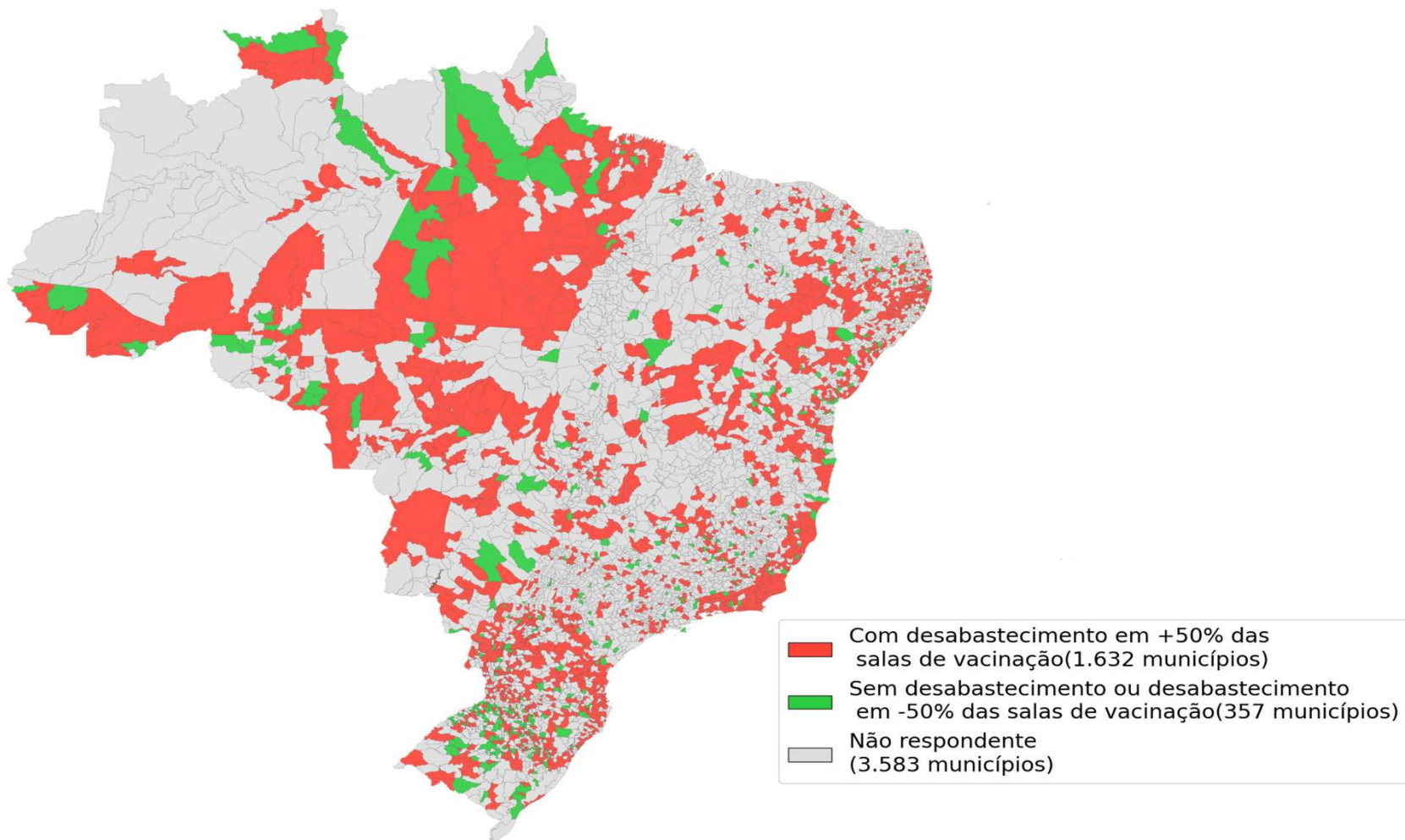
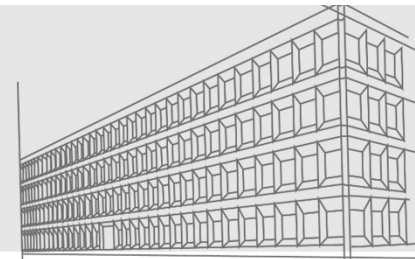
Desabastecimento



Percentual de salas de vacinação inspecionadas com estoque indisponível para atender à demanda de vacinas da população, 2024



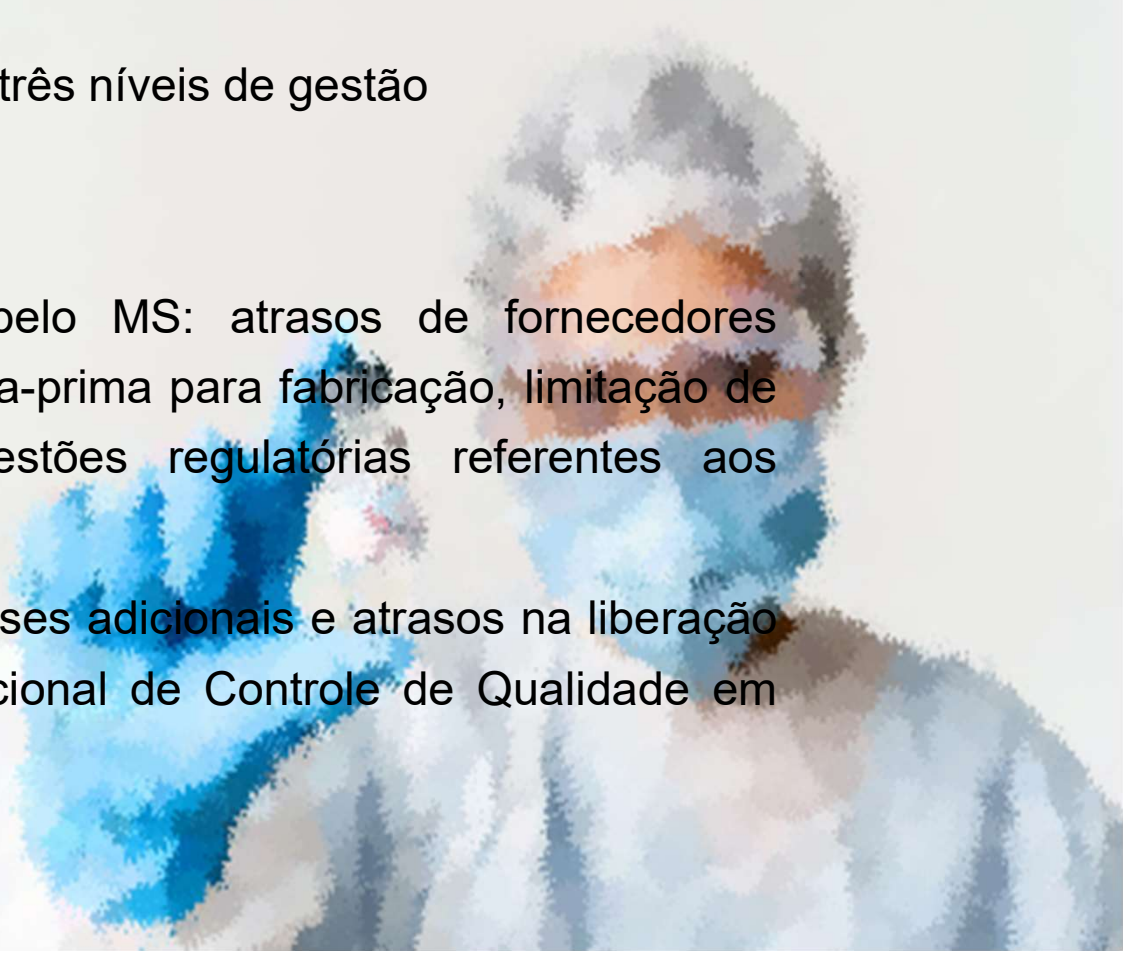
Municípios pesquisados que relataram indisponibilidade de vacinas do CNV para crianças de até dois anos de idade em mais da metade das salas de vacinação, de janeiro a abril de 2024



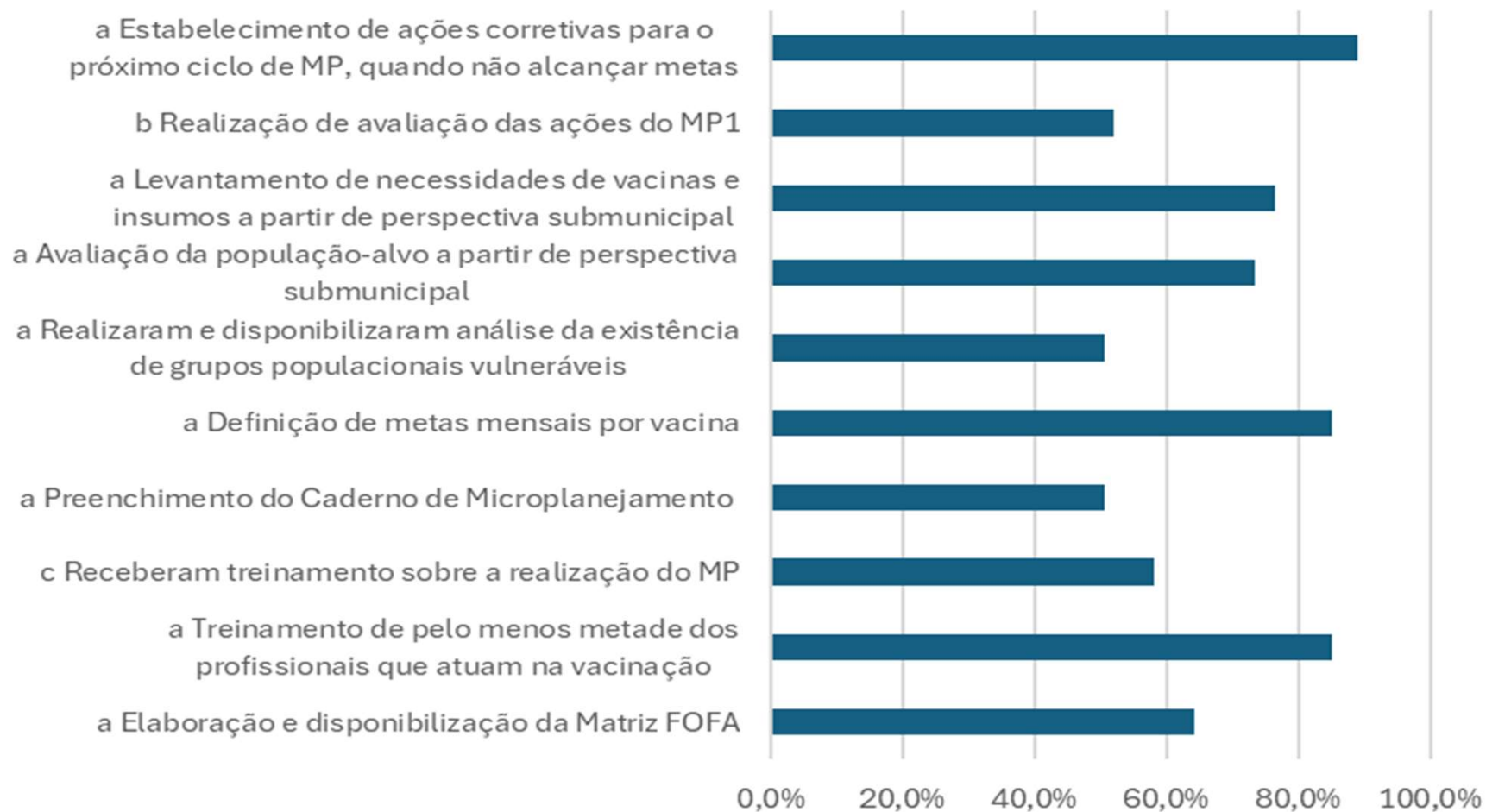
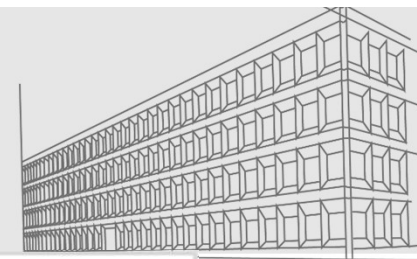
Causas do desabastecimento



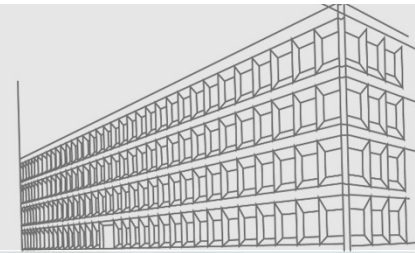
- ✓ Complexas, multifatoriais e abrangem os três níveis de gestão
- ✓ Destacam-se em nível federal:
 - problemas na aquisição de vacinas pelo MS: atrasos de fornecedores (nacionais e internacionais), falta de matéria-prima para fabricação, limitação de fornecedores no mercado nacional, questões regulatórias referentes aos processos produtivos
 - questões de qualidade: exigência de análises adicionais e atrasos na liberação de lotes pela ANVISA e pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)



Percentual de municípios visitados que não implementaram alguns dos principais instrumentos e procedimentos previstos pelo microplanejamento, situação de maio a julho de 2024



Limitações e desconformidades na implementação do microplanejamento (MP)



30,1% dos coordenadores do PNI em 93 municípios visitados afirmaram desconhecer o destino dos recursos repassados

- ✓ **76,9%** das menções em entrevistas indicam que os profissionais de salas de vacinação não identificaram modificações significativas em suas atividades ou não se consideraram parte do processo
- ✓ **61,2%** dos coordenadores municipais entrevistados relataram a não instituição ou a falta de atuação de comitês de coordenação das AVAQ
- ✓ **68,3%** dos municípios que chegaram à etapa de monitoramento e avaliação e passaram pela análise documental não elaboraram o Relatório Técnico do Microplanejamento
- ✓ Não foi prevista solução para a carga de trabalho adicional para as equipes locais do PNI, pela adoção do microplanejamento (equipes reduzidas)

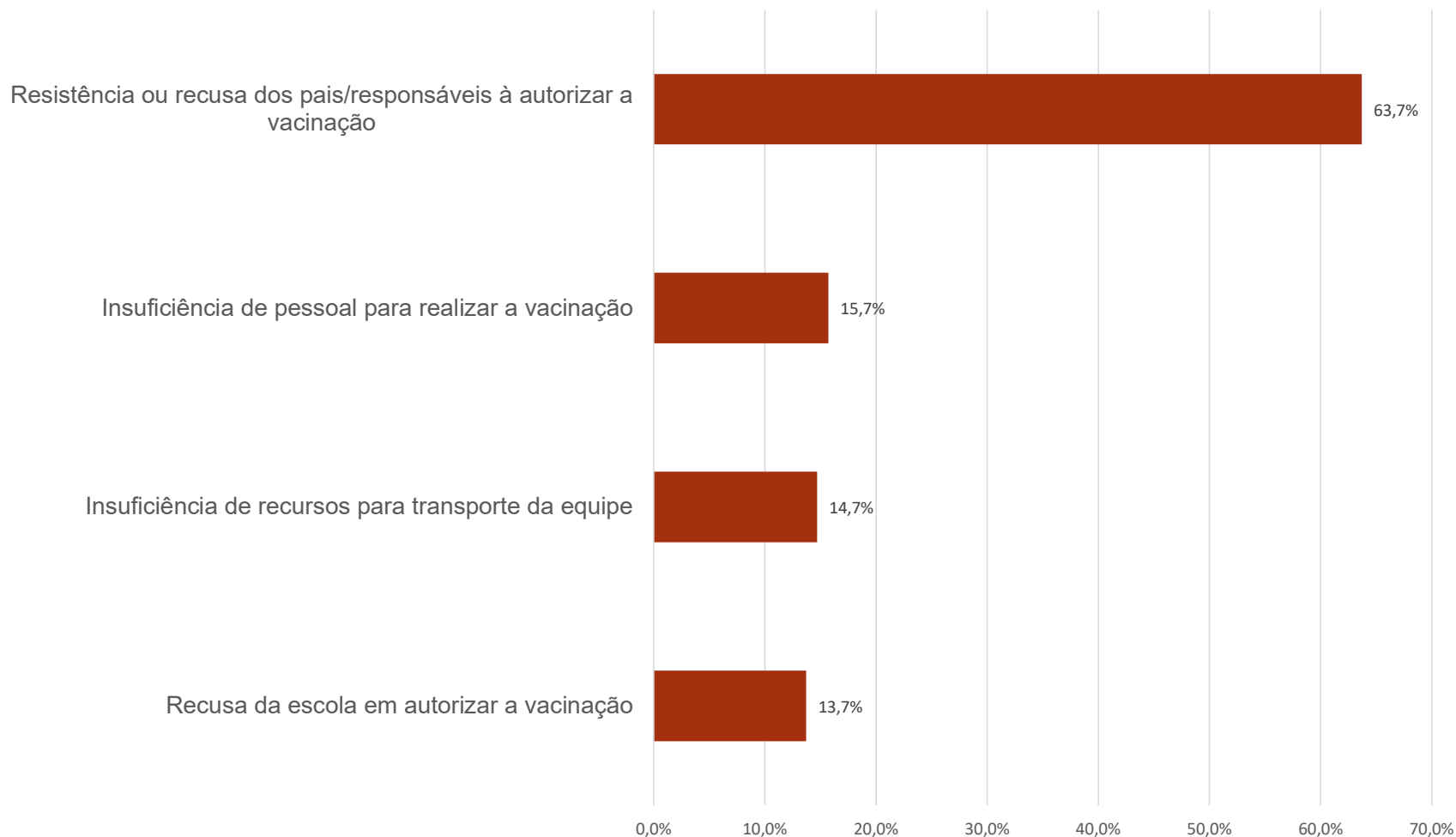
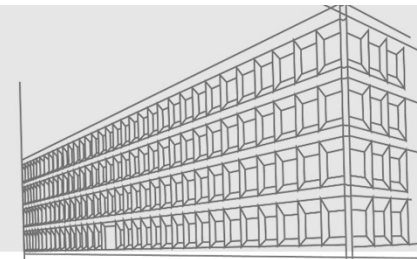
Ações de vacinação e de acompanhamento da situação vacinal



- ✓ Apenas 30,3% das menções dos entrevistados em salas de vacinação citaram usar o relatório de busca ativa
- ✓ A maior parte dos números apurados pela auditoria sobre a busca ativa é favorável
- ✓ Entre 10% e 20% dos coordenadores afirmaram:
 - desconhecer o relatório de busca ativa
 - equipes de vacinação que não usavam qualquer tipo de relatório de apoio à busca ativa
 - municípios onde não há ACS ou onde eles não atuam na busca ativa
- 5 milhões de crianças de famílias beneficiárias do PBF (56,4% das crianças atendidas pelo programa) acompanhadas no segundo semestre/2023 - 99,5% das crianças acompanhadas com a vacinação em dia



Menções de coordenadores municipais de imunização sobre os principais problemas enfrentados para realizar ações em creches, em 2024



Atuação do MS na implementação das deliberações do TCU sobre o PNI



- ✓ **80%** das deliberações monitoradas estavam em implementação ou em cumprimento (medidas do MS em curso, sobre os temas)
- ✓ **20%** foram parcialmente implementados e têm pouca probabilidade de serem totalmente implementados a curto e médio prazos
- ✓ Principais medidas consideradas na análise do atendimento das recomendações:
 - indicação do SIES como sistema para registro da movimentação de vacinas e definição da Bnafar como repositório de dados
 - adoção de modelo matemático para dimensionamento do quantitativo de vacinas a ser adquirido pelo MS
 - instituição do microplanejamento
 - efetivação da RNDS e medidas para redução do número de dados não validados;

Recomendações dos tribunais de contas

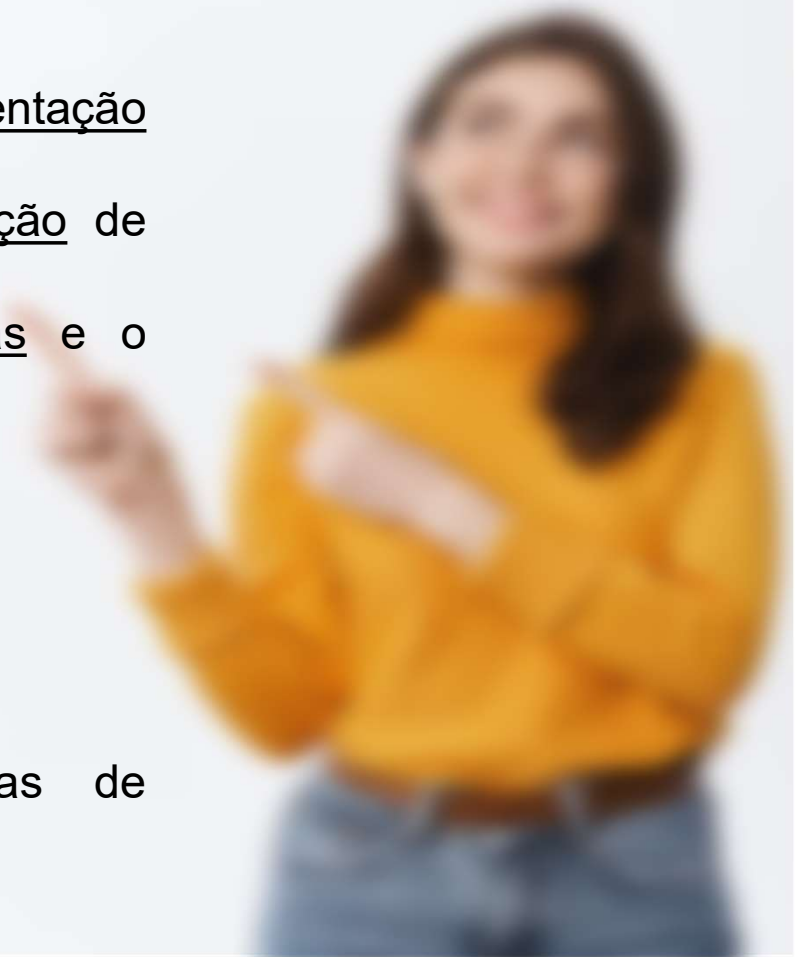


✓ Recomendações do TCU ao Ministério da Saúde:

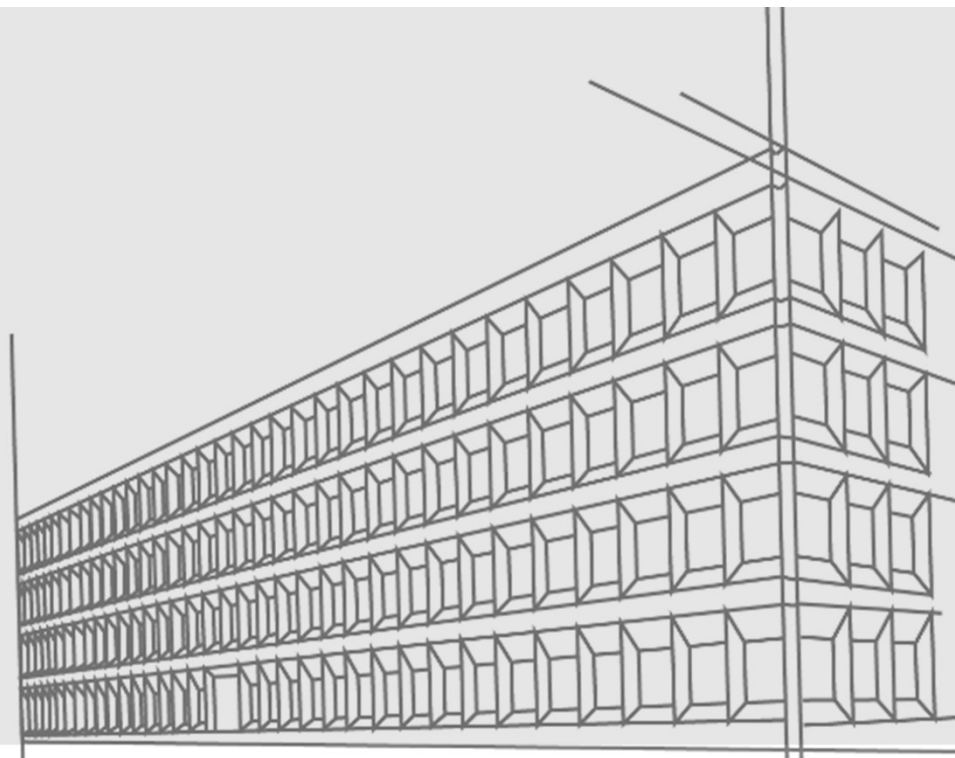
- instituição de mecanismos de informação e de retroalimentação entre os três níveis de governo, sobre os resultados do MP;
- adoção de avaliação de riscos nos processos de aquisição de vacinas para todas as formas de contratação;
- construção de séries históricas sobre perdas de vacinas e o estabelecimento de critérios de perdas aceitáveis.

✓ Principais recomendações dos Tribunais de Contas:

- aprimoramento da infraestrutura e da logística da rede de frio;
- otimização da gestão de estoques e minimização de perdas;
- capacitação e qualificação contínua dos profissionais;
- fortalecimento do microplanejamento e das estratégias de vacinação;
- intensificação da comunicação e articulação intersetorial.



Auditoria Coordenada no Programa Nacional de Imunizações – PNI 2024



Obrigado pela participação!

Dagomar Henriques Lima
dagomarhl@tcu.gov.br